



AZ@BXL

Número: 221 Data: 2022.04.08

No título: Lagoa do Congro, Ilha de São Miguel, Açores

Fotografia de: Gabinete dos Açores em Bruxelas

Destaques:

- [Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova 800 mil euros destinados aos transportes de passageiros dos Açores](#)
 - [UE adota quinta ronda de sanções contra a Rússia](#)
- [Comissão Europeia apresenta proposta de atualização da Diretiva sobre Emissões Industriais](#)
 - [Publicado Novo Roteiro Tecnológico Industrial](#)
- [Conselho aprova a prorrogação do regime de itinerância \(roaming\) sem taxas adicionais](#)
 - [Conselho adota conclusões sobre a agricultura de baixo carbono](#)



8 e 9 de abril



Conferência sobre o Futuro da Europa: propostas dos grupos de trabalho no plenário

Os presidentes dos nove grupos de trabalho do plenário vão submeter [propostas](#) consolidadas dos temas da sua responsabilidade ao plenário da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#). As propostas baseiam-se principalmente nas recomendações dos painéis de cidadãos europeus e dos painéis nacionais, nas ideias recolhidas através da Plataforma Digital Multilíngue, bem como em contributos dos debates nas sessões plenárias e dos grupos de trabalho. O Plenário, com base no consenso, vai apresentar as suas propostas à Comissão Executiva. Esta última vai elaborar um relatório em total colaboração e transparência com o Plenário.

9 de abril



Stand Up For Ukraine: evento global de angariação de fundos para os refugiados e as pessoas deslocadas internamente

Em reconhecimento do papel essencial da Polónia no apoio aos refugiados que fogem da invasão da Ucrânia, o evento de angariação de fundos [Stand Up For Ukraine \(Em Defesa da Ucrânia\)](#), convocado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e pelo primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, terá lugar em Varsóvia, em 9 de abril. O presidente da Polónia, Andrzej Duda, participará juntamente com a presidente Ursula von der Leyen, enquanto o primeiro-ministro Justin Trudeau participará à distância.

O evento de angariação de fundos concluirá uma campanha mais vasta nas redes sociais lançada pela Comissão Europeia e pelo Governo no Canadá em 26 de março, em parceria com a organização internacional de defesa de direitos [Global Citizen](#).

11 de abril



Conselho (Negócios Estrangeiros)

Os ministros [focar-se-ão](#) nas Conclusões do Conselho Europeu de 24 e 25 de março, nas respostas da União Europeia à Invasão da Ucrânia pela Rússia, e nas sanções da União.

Até 12 de abril



Período de consulta pública e submissão de comentários: Estratégia da UE em matéria de energia solar

Esta estratégia, que assumirá a forma de uma comunicação da Comissão, visa assegurar que a energia solar alcança todo o seu potencial para ajudar a cumprir os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de clima e energia. Poderá [submeter os seus comentários no seguinte link](#).



Conselho dos Assuntos Gerais

Reunidos no Luxemburgo, os ministros [realizarão](#) um debate específico por país no âmbito do diálogo anual sobre o Estado de direito, e trocarão pontos de vista sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa, nomeadamente sobre as próximas etapas.

13 e 14 de abril



14.ª Assembleia EuroLat: discurso de ódio, economia circular e segurança alimentar

Membros da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana (EuroLat), composta por 75 eurodeputados e 75 representantes dos parlamentos da América Latina e das Caraíbas, [participarão](#) nos dias 13 e 14 de abril na 14ª Sessão Plenária da Assembleia, que terá lugar em Buenos Aires (Argentina), sob o título "Uma recuperação económica justa e inclusiva em paz".

15 de abril



A luta contra a radicalização na prisão: intercâmbio europeu de experiências

O [seminário](#) é organizado conjuntamente pela Presidência francesa do Conselho da UE e pela Rede Europeia de Sensibilização para a Radicalização (RAN).

Visa apresentar os mecanismos de deteção e avaliação da radicalização implementada na detenção, bem como os métodos de controlo e prestação de cuidados num ambiente aberto a pessoas radicalizadas, com base na apresentação de casos concretos dos Estados-Membros da União.

21 de abril



Aberto período de apresentação das candidaturas à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022

Encontra-se aberto até o dia 21 de abril o período de [apresentação das candidaturas](#) à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022. Para 2022, foi [atribuído](#) um total de 185,9 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares da UE dentro e fora da UE. Tal como em 2021, o [programa de trabalho da política de promoção de 2022](#) centra-se em produtos e práticas agrícolas que apoiam os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, tais como produtos biológicos da UE, fruta e legumes, agricultura sustentável e bem-estar animal. A política de promoção irá cofinanciar campanhas de acordo com as ambições do Pacto Ecológico Europeu, apoiando os objetivos da [Estratégia Do Prado ao Prato](#), o [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#), o [Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica da UE](#) e a [Comunicação da Comissão sobre a iniciativa de cidadania europeia "Acabar com as gaiolas"](#). As campanhas devem informar os consumidores europeus e mundiais sobre a agricultura biológica, agricultura sustentável da UE, e contribuição do setor agroalimentar para a ação climática e ambiental. Dentro da UE, as campanhas também promoverão uma alimentação saudável e dietas equilibradas, aumentando o consumo de fruta e vegetais frescos.



Colóquio relativo aos desafios da proteção europeia e internacional de adultos vulneráveis

O enfraquecimento devido à idade, deficiência ou doença conduz a situações de vulnerabilidade que requerem proteção legal adequada. A livre circulação das pessoas protegidas deve ser acompanhada do reconhecimento por todos os Estados-Membros das decisões jurídicas que as protegem.

Num contexto de globalização do comércio e dos movimentos populacionais, os profissionais são cada vez mais confrontados com dificuldades práticas, tanto em termos de proteção das pessoas como em termos de administração dos seus bens. Estes adultos vulneráveis podem ter-se deslocado do seu país de origem para se reformarem ou para serem alojados em instituições especializadas. Os seus bens podem também estar localizados em vários Estados-Membros.

Propõe-se neste colóquio fazer um balanço da situação atual e examinar a Convenção de Haia de 13 de janeiro de 2000 sobre a proteção internacional dos adultos, tendo em vista a melhoria das medidas existentes no seio da União Europeia. Todas as informações poderão ser acedidas [aqui](#).



Simpósio sobre acesso a dados

A digitalização dos meios de comunicação e a sua codificação levanta muitas questões jurídicas e operacionais, particularmente em termos do equilíbrio entre a confidencialidade dos intercâmbios e a proteção dos dados pessoais, por um lado, e a segurança, por outro.

Este [simpósio](#) reunirá representantes dos Estados-Membros, das instituições europeias e das agências interessadas. O trabalho estará de acordo com a última jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE e o trabalho realizado no Conselho da UE e na Comissão Europeia sobre o assunto nos últimos anos.

22 de abril



Lançamento da Rede relativa à Poluição dos Solos

A Rede Internacional relativa à Poluição dos Solos (INSOP) será [lançada](#) em 22 de abril num evento virtual, como parte da celebração do Dia Internacional da Terra pela FAO. O evento de lançamento será aberto com um painel de alto nível e continuará com sessões técnicas apresentando a Rede e definindo objetivos, governança e atividades prioritárias.

Até 26 de abril



Comissão convida a apresentar observações sobre o projeto de revisão das regras relativas aos acordos de cooperação horizontal entre empresas

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#), convidando todas as partes interessadas a apresentarem as suas observações sobre dois projetos de revisão dos regulamentos de isenção por categoria aplicáveis aos acordos horizontais em matéria de investigação, desenvolvimento e de especialização, bem como a um projeto de revisão das Orientações Horizontais.

27 de abril



Conferência sobre os desafios pós-pandémicos: o papel dos defensores dos direitos

A COVID-19 tem tido um impacto duradouro nas sociedades, sistemas de saúde e economias europeias. Esta [conferência](#), organizada conjuntamente pelo Provedor de Justiça Europeu e pelo Defensor dos Direitos Humanos francês, irá explorar os desafios colocados pela pandemia e o papel dos provedores de justiça em assegurar que os serviços públicos satisfaçam as necessidades e expectativas dos utilizadores.

Até 2 de maio



Consulta pública sobre a certificação das remoções de carbono – regras da UE

Esta [iniciativa](#) promovida pela Comissão Europeia proporá regras da UE em matéria de certificação das remoções de carbono. Desenvolverá as regras necessárias para monitorizar, comunicar e verificar a autenticidade dessas remoções. O objetivo é expandir a remoção sustentável de carbono e incentivar a utilização de soluções inovadoras para capturar, reciclar e armazenar CO2 por parte dos agricultores, silvicultores e indústrias. Trata-se de um passo necessário e significativo no sentido da integração das remoções de carbono nas políticas climáticas da UE.

Até 17 de maio



Segundo conjunto de convites à apresentação de propostas do Programa Europa Digital

A Comissão [abriu o segundo conjunto de convites](#) à apresentação de propostas do Programa Europa Digital. Este financiamento prevê um investimento superior a 249 milhões de euros em várias áreas: espaços de dados, infraestruturas de cadeias de blocos europeias, cursos de formação para competências digitais avançadas, soluções digitais para melhores serviços governamentais, projetos-piloto de utilização de inteligência artificial (IA) para combater o crime, e instalações de teste de IA. Este último testará a IA para manufatura, alimentos, saúde e comunidades inteligentes. Além disso, um investimento de 43 milhões de euros em subvenções apoiará a cibersegurança no setor da saúde e a implantação de uma rede de centros para ajudar os Estados-Membros a aplicar a legislação pertinente da UE em matéria de cibersegurança.



Acesso ao financiamento para as pequenas explorações agrícolas na União Europeia

A Comissão Europeia - Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG AGRI), em parceria com o Banco Europeu de Investimento, irá promover a [conferência](#) "Acesso ao financiamento para as pequenas explorações agrícolas na UE", que terá lugar na terça-feira, 17 de maio de 2022, das 9.20 às 13.30, em Bruxelas e em linha. O evento contará com a presença do Comissário europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski.

17 e 18 de maio



Fórum sobre Energia Limpa para as Ilhas da União Europeia - 2022

A edição deste ano do fórum "Energia limpa para as ilhas da UE" intitula-se "Da visão de energia limpa à ação de energia limpa", e terá lugar na ilha grega de Rodes nos dias 17 e 18 de maio. A Comissária Europeia para a Energia, Kadri Simson, dará as boas-vindas aos participantes no primeiro dia e a abertura será seguida de debates em painéis políticos de alto nível, workshops e visitas locais, dando-se a conhecer exemplos de como passar da visão de energia limpa para a ação de energia limpa.

O fórum de 2 dias permitirá aos participantes obter informações sobre os passos práticos para a descarbonização das ilhas da UE e aprender mais sobre os projetos de energia limpa em curso e concluídos em ilhas. Todas as informações, assim como a inscrição poderão ser acedidas [aqui](#).

Até 23 de maio



Comissão consulta partes interessadas sobre os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura

A Comissão Europeia convida as partes interessadas, como os produtores primários, os transformadores, os fabricantes, os grossistas, os retalhistas e os fornecedores de fatores de produção, a partilharem a sua experiência com acordos que visam a consecução dos objetivos de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento agroalimentar.

As reações das partes interessadas ajudarão a Comissão a elaborar orientações sobre uma nova derrogação que isenta os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura das regras de concorrência em determinadas condições. As partes interessadas são convidadas a apresentar os seus pontos de vista no [sítio Web da Comissão relativo à consulta](#) até 23 de maio de 2022. A Comissão analisará cuidadosamente todos os contributos e publicará as observações, uma síntese dos principais resultados e das principais conclusões no sítio Web da consulta. A Comissão tenciona realizar uma consulta pública sobre o projeto de orientações em 2023.

Até 26 de maio



Consulta Pública relativa à Revisão do Regulamento Serviços Aéreos

Esta [iniciativa](#) irá tornar o setor dos serviços aéreos mais resiliente e mais sustentável, continuando simultaneamente a assegurar a conectividade e a concorrência, a proteger os interesses dos consumidores e a preservar o emprego de elevada qualidade. O Regulamento Serviços Aéreos estabelece regras comuns para os serviços aéreos na UE, incluindo: os requisitos aplicáveis às licenças de exploração; a liberdade de prestação de serviços e em que circunstâncias essa liberdade pode ser excepcionalmente restringida; a forma como os preços devem ser apresentados aos consumidores.

Até 29 de maio



Novo Bauhaus Europeu: apoio às cidades e aos cidadãos com vista a iniciativas locais

A Comissão Europeia [anunciou](#) três novos convites à apresentação de propostas para converter o Novo Bauhaus Europeu numa realidade concreta. O apoio destina-se especificamente aos cidadãos e às cidades e vilas, para os ajudar a integrar solidamente o projeto do Novo Bauhaus Europeu nas suas comunidades.

Os primeiro e segundo convites à apresentação de propostas, lançados pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, centram-se em atividades de participação dos cidadãos e na criação conjunta de espaços públicos com os cidadãos. O terceiro e último convite à apresentação de propostas, «Support to New European Bauhaus Local Initiatives» (apoio às iniciativas locais do Novo Bauhaus Europeu), proporciona assistência técnica aos municípios de pequena e média dimensão, que não dispõem da capacidade nem dos conhecimentos especializados necessários para concretizar as suas ideias de projetos no âmbito do Novo Bauhaus Europeu. O prazo da apresentação de propostas dos dois convites do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia termina em 29 de maio de 2022, às 23h59 CEST.

Até 31 de maio



Candidaturas ao Interreg Europe – 5 de abril a 31 de maio

O programa Interreg Europe apoia o intercâmbio e a transferência de experiências, abordagens inovadoras e o desenvolvimento de capacidades entre as autoridades públicas e outras organizações relevantes em toda a Europa. Procura desenvolver instrumentos de política de desenvolvimento regional, incluindo no âmbito do objetivo de investimento para o emprego e crescimento.

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a apresentarem até 31 de maio as suas propostas para projetos de cooperação inter-regional. Os primeiros três anos dos projetos ("fase central") são dedicados ao intercâmbio e transferência de experiência entre os parceiros participantes. No quarto e último ano ("fase de acompanhamento"), as regiões concentram-se principalmente no acompanhamento dos resultados e impacto da cooperação. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 9 de junho



Consulta pública relativa à iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativa à "Iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão". Finda esta fase, estará previsto que a Comissão lance uma nova Comunicação sobre a temática no terceiro trimestre de 2022.

Segundo a Comissão: «A iniciativa da UE relativa aos polinizadores constituiu uma primeira resposta ao grave declínio dos insetos polinizadores na Europa, mas a UE precisa agora de intensificar os seus esforços. Por conseguinte, a Comissão irá rever a iniciativa e criar instrumentos e medidas que permitam fazer face aos principais fatores subjacentes a este declínio. Esta iniciativa ajudará a cumprir o objetivo do Pacto Ecológico Europeu de inverter o declínio dos polinizadores até 2030, assegurando que estes possam continuar a proporcionar benefícios essenciais à natureza e aos seres humanos.».



Açores

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova regime de ajudas estatais de 800 mil euros para o setor dos transportes de passageiros nos Açores

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime de ajudas estatais no valor de 800 mil euros para o setor do transporte de passageiros na Região Autónoma dos Açores. A medida foi aprovada ao abrigo do [Quadro Temporário de Auxílios Estatais](#). Segue-se a dois outros regimes de apoio estatal ao setor do transporte de passageiros nos Açores que a Comissão aprovou em 4 de junho de 2021 ([SA.63010](#)) e em 13 de setembro de 2021 ([SA.64599](#)). Ao abrigo do novo regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas. A medida estará aberta a empresas de transporte coletivo de passageiros de todas as dimensões ativas nos Açores. O objetivo do regime é responder às necessidades de liquidez dos beneficiários e ajudá-los a continuar as suas atividades durante e após a pandemia. A Comissão verificou que o regime português está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário. Em particular, a ajuda (i) não excederá 2,3 milhões de euros por empresa; e (ii) será concedida o mais tardar até 30 de junho de 2022. A Comissão concluiu que a medida é necessária, adequada e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o n.º 3, alínea b), do artigo 107.º do TFUE. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.102334 no [registo de auxílios estatais](#) no website da Comissão sobre concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Ambiente

Tornar os produtos sustentáveis a norma

A Comissão Europeia remeteu ao Parlamento Europeu, ao Conselho, assim como aos órgãos consultivos da União Europeia a sua [Comunicação](#) relativa a como "Tornar os produtos sustentáveis a norma". A Comissão refere, por exemplo, que «há que refletir sobre a forma de melhorar o bem-estar dos cidadãos e assegurar um crescimento sustentável, utilizando melhor os recursos e as matérias que constituem os produtos que utilizamos todos os dias, bem como melhorando os próprios produtos. Fazendo com que os produtos consumam menos energia, utilizando-os de forma mais eficiente e durante mais tempo, recorrendo a material reciclado em vez de matérias-primas primárias e divulgando modelos económicos circulares de vanguarda, podemos dissociar o nosso crescimento económico da utilização dos recursos naturais e da degradação ambiental. Ao promover uma abordagem harmonizada a nível da UE, podemos impulsionar a competitividade, criar novas oportunidades de negócio e emprego, promover a ecologização do mercado único, em consonância com a agenda de crescimento sustentável do Pacto Ecológico Europeu, permitir que os consumidores poupem em custos e tornar a economia da UE mais resiliente a perturbações nas cadeias de valor mundiais integradas. Além disso, tal contribuirá decisivamente para alcançar a neutralidade climática até 2050, travar a perda de biodiversidade e alcançar a nossa ambição de poluição zero.».

Pacto Ecológico Europeu: eliminação progressiva dos gases fluorados com efeito de estufa e modernização das regras da UE sobre emissões industriais

A Comissão Europeia propôs dois novos regulamentos que visam os [gases fluorados com efeito de estufa](#), e as [substâncias que empobrecem a camada de ozono](#), bem como uma [proposta](#) de atualização da Diretiva sobre Emissões Industriais, peça-

chave da legislação sobre prevenção e controlo da poluição, e cujo âmbito de aplicação se propõe alargar ao setor dos bovinos. Estas propostas regulamentares são percecionadas como um passo importante para limitar o aumento global da temperatura, em conformidade com o Acordo de Paris

Regras atualizadas sobre emissões industriais ajudarão a orientar os investimentos industriais necessários na transição para uma economia com emissões zero, competitiva e neutra para o clima até 2050. Ao mesmo tempo, visam estimular a inovação, recompensar os pioneiros e contribuir para a igualdade de condições no mercado da UE.

“Objetivo 55”: Parlamento Europeu quer alargar Reserva de Estabilidade do Mercado até 2030

O Parlamento Europeu [aprovou](#) a sua posição relativa à revisão da Reserva de Estabilidade do Mercado (REM) referente ao Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE) com 490 votos a favor, 127 contra e 7 abstenções.

O Parlamento acredita que a REM é central para o bom funcionamento do RCLE, uma vez que protege contra a queda dos preços do CO2 em caso de choques externos. Sem a REM, haveria menos incentivos para as indústrias reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa, o que iria contra as ambições crescentes da Lei Climática da UE. Os deputados ao Parlamento Europeu querem também que a Comissão controle o funcionamento da reserva e a mantenha apta para o efeito em caso de futuros choques externos imprevisíveis.

Reduzir a poluição por nutrientes para melhorar a qualidade da água na União Europeia

Os nitratos, por exemplo, azoto e fósforo provenientes de fertilizantes e estrume animal, são uma das principais razões da poluição da água na UE, [afirmaram](#) os eurodeputados. Embora a Diretiva da UE sobre Nitratos tenha sido adotada em 1991 para inverter a eutrofização, ou a acumulação excessiva de certos nutrientes nas massas de água, uma aplicação deficiente e a falta de ação por parte dos Estados-Membros significou que a qualidade da água na UE só tem melhorado lentamente, argumenta o Parlamento.

Os eurodeputados exortam a Comissão a intensificar os seus esforços de aplicação da Diretiva, e a informar abertamente os cidadãos da UE sobre as suas ações contra os Estados-Membros não cumpridores. As medidas de proteção da água devem ser baseadas em provas e dados reais sobre a qualidade da água, e não em modelos teóricos, argumentam. Os eurodeputados também apelam à harmonização da medição e avaliação da poluição por nutrientes em diferentes Estados-Membros, para assegurar que os dados sejam comparáveis.

Novo Relatório do IPCC sobre Mitigação das Alterações Climáticas

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas) refere no seu [relatório](#) mais recente que «entre 2010 e 2019 a média anual das emissões globais de gases com efeito de estufa atingiu os níveis mais elevados na história da humanidade, mas a taxa de crescimento abrandou».

«É agora ou nunca, se quisermos limitar o aquecimento global a 1,5°C (2,7°F). Sem reduções imediatas e profundas das emissões em todos os setores, será impossível. A temperatura global irá estabilizar quando as emissões de dióxido de carbono atingirem a neutralidade. Para conseguirmos limitar o aquecimento a 1,5°C, tal significa atingir emissões zero líquidas de dióxido de carbono a nível mundial no início da década de 2050; para 2°C (3,6°F), será no início da década de 2070», pode ler-se no [comunicado](#) publicado no dia 4 de abril.

Esta avaliação mostra que a limitação do aquecimento a cerca de 2°C (3,6°F) ainda exige que as emissões globais de gases com efeito de estufa atinjam o pico antes de 2025, o mais tardar, e sejam reduzidas em um quarto até 2030.

O mais recente [relatório](#) do Grupo de Trabalho III fornece uma avaliação global atualizada dos progressos e compromissos na mitigação das alterações climáticas, e examina as fontes de emissões globais. Explica a evolução dos esforços de redução e mitigação das emissões, avaliando o impacto das promessas climáticas nacionais em relação aos objetivos de emissões a longo prazo. O relatório deveria ter sido inicialmente publicado em julho de 2021. O IPCC é, sobretudo, dividido em 3 grupos de trabalho. A contribuição do Grupo de Trabalho I para o [Sexto Relatório de Avaliação Alterações Climáticas 2021: a Base das Ciências Físicas](#) foi divulgada a 9 de agosto de 2021. A contribuição do Grupo de Trabalho II, [Alterações Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade](#), foi divulgada a 28 de fevereiro de 2022.

Sulfoxaflor: Comissão restringe o uso de pesticida nocivo para polinizadores

A Comissão Europeia [informou](#) que adotará, nas próximas semanas, legislação com vista a restringir o uso de Sulfoxaflor, um pesticida que pode ter impactos adversos sobre as abelhas selvagens, apenas para utilização em espaços fechados. As discussões com os Estados-Membros durante o último ano sobre a restrição do uso de Sulfoxaflor não deram apoio suficiente à proposta da Comissão de restringir o seu uso.

A Comissária europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Stella Kyriakides, afirmou que «a proteção dos polinizadores contra os pesticidas nocivos é da maior importância, para o futuro do nosso planeta e das nossas crianças. Os nossos compromissos no âmbito da Estratégia "Do Prado ao Prato" e da Estratégia de Biodiversidade são claros: os pesticidas químicos nocivos ou serão proibidos ou verão a sua utilização restringida. Hoje, estamos a honrar este compromisso. As

conclusões científicas da EFSA mostram que o uso de Sulfoxaflor no exterior pode ser nocivo para as abelhas e abelhas solitárias. Devem ser tomadas medidas agora para restringir o seu uso apenas a espaços fechados».

A proposta da Comissão foi apresentada pela primeira vez em fevereiro a um Comité Permanente, mas não foi alcançada a maioria qualificada necessária. Por conseguinte, a mesma proposta foi apresentada ao Comité de Recurso, onde, mais uma vez, os Estados-Membros não conseguiram alcançar a maioria necessária. O regulamento será agora adotado pela Comissão na primavera deste ano.

Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho – Promover a participação dos jovens enquanto agentes de mudança para proteger o ambiente

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que os jovens são "agentes críticos de mudança" no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Além disso, o Programa de Ação Mundial das Nações Unidas para a Juventude incentiva os jovens a desempenharem um papel ativo na sociedade. A União Europeia está empenhada na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e nos respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de construir o mundo de amanhã de uma forma mais ecológica, mais pacífica e mais justa.

Assim, o Conselho [considera](#) que «é importante assegurar que todos os jovens, independentemente de fatores como o género, a deficiência, o nível de educação, o contexto social ou económico, o país de origem ou o local de residência, compreendam os desafios associados ao desenvolvimento sustentável e estejam conscientes das implicações de decisões, ações e opções de estilo de vida para o ambiente, a biodiversidade e o clima. Todas as gerações, incluindo os jovens, deverão ter as competências necessárias para tomar medidas pertinentes. A fim de poderem participar plenamente, os jovens deverão dispor de informações e dados fiáveis e baseados em dados concretos, para que possam fazer juízos informados sobre os desafios e as soluções em matéria de ambiente, biodiversidade e alterações climáticas, bem como desenvolver e reforçar o pensamento crítico. Importa envidar esforços para combater a desinformação sobre o ambiente e as alterações climáticas.».



Observações relativas aos PEPAC enviadas aos Estados-Membros

A Comissão Europeia [informou](#) ter enviado, a 31 de março, a 19 Estados-Membros cartas de observação relacionadas com as primeiras 19 propostas de planos estratégicos da PAC. Os Estados-Membros visados são a Áustria, Croácia, Chipre, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslovénia, Espanha e Suécia. As cartas identificam elementos dos planos propostos que requerem mais explicações, complementos ou ajustamentos antes que a Comissão os possa aprovar.

Paralelamente às missivas, a Comissão elaborou uma [síntese](#) do conteúdo das mesmas, que resume os elementos-chave dos primeiros 19 planos propostos e as observações conexas que são feitas.

Perspetivas de curto prazo para os mercados agrícolas da União Europeia

A Comissão Europeia [publicou](#) o último relatório relativo às perspetivas de curto prazo para os mercados agrícolas da União Europeia (*Spring Short-term Agricultural Outlook*). Conclui-se que a agressão militar da Rússia à Ucrânia tem perturbado significativamente os mercados agrícolas globais. O conflito veio criar ainda mais incerteza e instabilidade aos já tensos mercados de grãos e oleaginosas.

A Comissão refere que é de se esperar que o mercado único da UE prove mais uma vez a sua capacidade de absorver choques, já que a UE é largamente autossuficiente em termos alimentares, apresentando inclusivamente um enorme excedente comercial agroalimentar. As medidas propostas para aumentar a produção de culturas arvenses na UE permitirão aos agricultores aumentar a área de sementeira de milho, girassol e proteaginosas. Como resultado, a colheita de 2022 da UE poderá ser muito boa para cereais e oleaginosas, desde que prevaleçam condições climáticas normais. A produção cerealífera da UE deverá atingir 297,7 milhões de toneladas para a colheita de 2022. No entanto, existem algumas preocupações em relação à acessibilidade dos preços devido aos preços elevados do mercado e às tendências inflacionistas. Por exemplo, o aumento da inflação e dos custos dos fatores de produção colocará mais pressão sobre os preços dos produtos lácteos no consumidor. Embora o consumo de queijo e manteiga possa ainda aumentar ligeiramente, espera-se que a utilização de leite em pó na transformação diminua.

Conselho adota conclusões sobre a agricultura de baixo carbono

Os ministros da Agricultura [aprovaram](#) conclusões sobre a agricultura de baixo carbono, baseando-se nos aspetos relativos à agricultura e à silvicultura da comunicação da Comissão sobre ciclos do carbono sustentáveis, e procurando incentivar práticas agrícolas que contribuam para a captura de carbono da atmosfera e para a sua fixação de forma sustentável nos solos ou na biomassa. Essas práticas podem incluir, na agricultura, a plantação de sebes ou de árvores, o cultivo de leguminosas, a

utilização de culturas secundárias e de culturas de cobertura, a agricultura de conservação e a preservação de turfeiras, e, no caso da silvicultura, a florestação ou a reflorestação.

Nas conclusões especificam-se as expectativas do Conselho quanto ao quadro de certificação para as remoções de carbono, que será objeto de uma proposta legislativa no final do ano, com o objetivo de valorizar economicamente práticas que aumentem as remoções e o armazenamento de carbono, com base em requisitos de medição cientificamente comprovados.

Os Estados-Membros salientaram igualmente que o principal objetivo da agricultura da UE, tal como estipulado nos Tratados, é garantir a segurança alimentar e que este objetivo não deverá ser comprometido. Por último, as conclusões salientaram a importância de ter em conta as especificidades regionais e de evitar encargos administrativos desnecessários aquando da criação do quadro de certificação, que deverá ser o mais simples e transparente possível.

Conselho da União Europeia (Agricultura): resultados da reunião dos ministros da agricultura da UE

Durante a [reunião](#), a Comissão Europeia apresentou a sua [Comunicação](#), de 23 de março de 2022, sobre "Preservar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares", que estabelece uma série de medidas destinadas a enfrentar o impacto da guerra na Ucrânia sobre a segurança alimentar, tanto na UE como em todo o mundo. Em geral, os ministros saudaram a comunicação, bem como as medidas postas em prática para apoiar os agricultores, que tinham sido discutidas na reunião do Conselho de março. Concordaram que, graças à Política Agrícola Comum, o abastecimento alimentar na UE não está em risco. Muitos Estados-Membros salientaram a importância de fornecer ajuda alimentar e outros tipos de assistência à Ucrânia.

Os ministros discutiram a [revisão](#) em curso do regulamento LULUCF. Esta revisão faz parte do pacote "Objetivo 55", que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da UE em 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Foram também aprovadas as [Conclusões](#) do Conselho referentes à [Comunicação](#) da Comissão relativa aos ciclos do carbono sustentáveis na agricultura e silvicultura. Esta comunicação, publicada a 15 de dezembro de 2021, estabelece formas de incentivar as práticas agrícolas que ajudam a reduzir a quantidade de carbono na atmosfera. Entre as medidas mencionadas encontra-se uma proposta legislativa que criará um quadro de certificação para a remoção do carbono. A Comissão apresentou ainda a sua [proposta de revisão do regime das indicações geográficas \(IG\)](#) para produtos agrícolas e alimentares.



Coesão Interna

Ucrânia: 17 mil milhões de euros de fundos da UE para ajudar refugiados

A UE [disponibilizou](#) cerca de 17 mil milhões de euros em fundos ao abrigo da política de coesão, inclusive através da Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU), para ajudar as pessoas que fogem da guerra na Ucrânia. Deste modo garante-se que os Estados-Membros que acolhem refugiados dispõem de recursos suficientes para satisfazer as necessidades crescentes de habitação, educação e cuidados de saúde.

Disparidades salariais entre sexos na Europa: factos e números (atualização de infografia)

O Parlamento Europeu [atualizou](#) a sua infografia relativa às disparidades salariais entre sexos na Europa. As mulheres na UE ganham, em média, quase 13% menos por hora do que os homens. Há grandes diferenças entre os Estados-Membros: em 2020, a maior disparidade salarial foi registada na Letónia (22,3%), enquanto o país com a menor desigualdade foi o Luxemburgo (0,7%). Já Portugal regista uma disparidade salarial de 11,4%, isto é, abaixo da média da UE.

Um fosso salarial mais estreito não significa necessariamente, contudo, mais igualdade entre géneros. Frequentemente, ocorre em países com taxas baixas de empregabilidade de mulheres. Uma disparidade maior de pagamento pode indicar que as mulheres estão concentradas em setores onde os salários são mais baixos ou que uma proporção significativa destas efetua um regime de trabalho parcial.

Disparidade salarial entre géneros: Parlamento Europeu apoia medidas vinculativas de transparência salarial

Os eurodeputados [solicitam](#) que as empresas da UE com pelo menos 50 colaboradores (em vez dos 250 inicialmente propostos) sejam obrigadas a divulgar informações que facilitem a comparação de salários e exponham qualquer diferença salarial existente entre homens e mulheres na sua organização. As ferramentas para avaliar e comparar os níveis salariais devem basear-se em critérios neutros em termos de género e incluir sistemas de avaliação e classificação de empregos.

Se os relatórios salariais revelarem uma diferença salarial de pelo menos 2,5% (contra os 5% propostos pela Comissão), os Estados-Membros devem assegurar que os empregadores, em cooperação com os representantes dos trabalhadores, realizem uma avaliação salarial conjunta e desenvolvam um plano de ação em matéria de género.

Os eurodeputados querem ainda que a Comissão Europeia crie um rótulo oficial a atribuir aos empregadores cujas organizações não têm um fosso salarial de género.

Parlamento Europeu pede para acelerar os preparativos para a nova geração de fundos de coesão

Numa resolução, aprovada na quarta-feira, os eurodeputados [expressam](#) sérias preocupações sobre o atraso de dois anos na implementação da política de coesão 2021-2027, que apoia os investimentos na redução das disparidades territoriais, económicas e sociais entre as regiões da UE. O crescimento económico e da produtividade, uma transição verde e digital, bem como a criação de emprego, poderão sofrer se não forem feitos grandes esforços para recuperar o atraso.

O Parlamento apela à Comissão Europeia e aos governos da UE para acelerarem a adoção dos Acordos de Parceria que estabelecem os principais pormenores sobre a forma como os fundos serão gastos. A Comissão deve apresentar medidas para facilitar a implementação destes programas e um plano de contingência que evite o fracasso na sua execução.

Eurodeputados antecipam 3,4 mil milhões de euros para responder às necessidades dos refugiados ucranianos

Na sequência da luz verde do Parlamento Europeu para redirecionar o financiamento regional e de asilo da UE para países da UE que abrigam pessoas que fogem da invasão russa da Ucrânia, os eurodeputados [adotaram](#) medidas de apoio adicionais urgentes.

Com 549 votos favor, um contra e oito abstenções, o hemiciclo comunitário concordou em que sejam disponibilizados imediatamente cerca de 3,4 mil milhões de euros (dos 10 mil milhões disponíveis) dos fundos "REACT-EU" e acelerar o acesso dos governos da UE a fundos para pagar infraestruturas, habitação, equipamento, emprego, educação, inclusão social, cuidados de saúde e cuidados infantis com os refugiados.

As novas regras irão aumentar o pré-financiamento inicial dos recursos "REACT-EU" de 11% para 15% para todos os países da UE. Os países da UE que fazem fronteira com a Ucrânia (Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia) e aqueles que receberam um número significativo de refugiados da Ucrânia equivalente a mais de 1% da sua população nacional (Áustria, Bulgária, República Checa e Estónia) podem receber imediatamente 45% (em vez de 11%) dos seus fundos de recuperação sem quaisquer faturas a serem apresentadas neste momento.



Cultura e Educação

Novo Bauhaus Europeu: Comissão Europeia lança 'NEB LAB'

A Comissão Europeia [lançou](#) o NEB LAB: um grupo de reflexão para tornar o Novo Bauhaus Europeu uma realidade através de projetos concretos e tangíveis. Ao conectar a comunidade em crescimento e ao partilhar ideias, a iniciativa trará mudanças sustentáveis e inclusivas.

O lançamento do 'NEB LAB' começa com um apelo aos Amigos do Novo Bauhaus Europeu para envolverem empresas e atores públicos como regiões, aldeias e cidades, mais diretamente no NEB. Os projetos do NEB LAB incluem o desenvolvimento de ferramentas de rotulagem do Novo Bauhaus Europeu, trabalho sobre condições de enquadramento regulamentar, e um inquérito entre empresas de construção, arquitetos, urbanistas e outros atores para identificar barreiras à implementação destes projetos no setor da construção e habitação.

O [Novo Bauhaus Europeu](#) é um projeto ambiental, económico e cultural, com o objetivo de combinar design, sustentabilidade, acessibilidade, acessibilidade económica, e investimento para ajudar a concretizar o Pacto Ecológico Europeu.

Conclusões do Conselho sobre o reforço da mobilidade dos professores e formadores, em particular, da mobilidade europeia, durante a sua educação e formação iniciais e contínuas

Nas conclusões [aprovadas](#) pelo Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) na sua reunião de 4 e 5 de abril de 2022 é referido que «a mobilidade transnacional contribui para o desenvolvimento de um vasto leque de competências entre os professores. "Todavia, apenas uma minoria dos professores europeus se deslocou ao estrangeiro por razões profissionais. Em 2018, 40,9 % dos professores na UE tinham estado em situação de mobilidade pelo menos uma vez enquanto estudantes, docentes ou ambos". Existem diferenças substanciais na taxa de participação entre os países europeus e também entre as disciplinas lecionadas, uma vez que a mobilidade continua a ser, muito frequentemente, prerrogativa dos professores de línguas. As tendências na mobilidade de professores no âmbito do programa Erasmus+ demonstram também que a maioria deles participa em cursos no estrangeiro, enquanto o acompanhamento no posto de trabalho (*job-shadowing*) numa escola e as missões de ensino são menos utilizados, apesar do seu maior impacto».

O Conselho defende ainda que «é importante que mobilidade transnacional faça parte da formação inicial de professores. Além dos benefícios para o futuro professor, este tipo de mobilidade também aumenta a participação na mobilidade em fases posteriores da carreira. No entanto, a mobilidade dos futuros professores durante os seus estudos não é generalizada. Em 2018, apenas cerca de um quinto dos professores do ensino secundário inferior (20,9 %) na UE reportaram ter estado no estrangeiro durante os estudos. A mobilidade dos professores e formadores é promovida e patrocinada a nível da UE, podendo também ser apoiada por regimes de financiamento a nível nacional.».

Conclusões do Conselho sobre uma estratégia europeia que capacite as instituições de ensino superior para o futuro da Europa

O Conselho [recorda](#) que «na Europa, as instituições de ensino superior (IES) participam amplamente na criação, difusão e certificação de conhecimentos. São insubstituíveis na realização do Espaço Europeu da Educação e do novo Espaço Europeu da Investigação, em sinergia com o Espaço Europeu do Ensino Superior. As IES são fundamentais para atingir a meta estabelecida na Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030), a saber, a percentagem de adultos do grupo etário dos 25 aos 34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45 % até 2030.».

Considera, por exemplo, que «a cooperação transnacional entre as IES em toda a Europa será ainda mais reforçada, aprofundada e simplificada se os desafios acima referidos puderem ser superados eficazmente a nível europeu. A este respeito, a Comissão apresentou uma estratégia europeia ambiciosa para as universidades, que visa capacitar e apoiar estas instituições em todas as suas missões para reforçar a sua cooperação e maximizar os seus pontos fortes, tendo em vista o seu contributo fundamental para a resposta da Europa aos desafios que se perfilam. Dever-se-á intensificar os diferentes tipos de colaboração em curso e partilhar os resultados e boas práticas que lhes estão associados, a fim de inspirar todo o setor do ensino superior na Europa, respeitando simultaneamente as competências dos Estados-Membros, a liberdade académica e a autonomia institucional das IES.».

Conclusões do Conselho sobre "Construir uma estratégia europeia para o ecossistema das indústrias culturais e criativas"

O Conselho da União Europeia [sublinha](#) o «papel fundamental que a cultura e a liberdade de criação desempenham para a União Europeia e os seus cidadãos no reforço das nossas democracias e valores, no desenvolvimento do nosso imaginário, na prosperidade das nossas sociedades, na vitalidade das nossas zonas locais, na qualidade do nosso espaço de vida e no bem-estar dos indivíduos.».

Recorda o «papel crucial desempenhado pelas indústrias e setores culturais e criativos (ISCC), também designados por "ecossistema das indústrias culturais e criativas" (EICC), na elaboração de um património comum, de referências comuns e da cultura de amanhã, que são essenciais para o florescimento contínuo da diversidade cultural europeia, tendo presente que as ISCC constituem um grupo muito diversificado com diferentes prioridades e condicionantes.».

Salienta ainda que «a fim de preservar o património cultural, promover o acesso a esse património e continuar a criar, produzir e distribuir obras novas e originais que contribuam para a diversidade cultural, importa analisar, em estreita colaboração com o setor, a forma de definir, salvaguardar e promover os nossos ativos culturais estratégicos. Entre estes contam-se, nomeadamente, as capacidades de criação, produção, distribuição e exibição independentes de conteúdos e obras culturais, incluindo os ativos corpóreos e incorpóreos, como por exemplo a propriedade de catálogos ou estúdios (cinema, televisão ou estúdios de arte), frequentemente apoiados por financiamento público.».

Conclusões do Conselho sobre "O reforço dos intercâmbios interculturais através da mobilidade dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação, e através do multilinguismo na era digital"

O Conselho [considera](#) que «a diversidade cultural e linguística é intrínseca à União Europeia e aos seus valores fundamentais. Contribui para o florescimento da criatividade, da liberdade criativa e dos intercâmbios culturais, e para a variedade e qualidade da oferta cultural e artística para todos os europeus. Promove a compreensão mútua e o respeito pelas culturas e pelas línguas e constitui um património comum, uma riqueza, uma força e uma característica distintiva das relações na Europa e com o resto do mundo.».

Refere que a «mobilidade dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação pode tirar partido de oportunidades como programas de residência e das redes europeias de instituições ou festivais. Pode ser facilitada, nomeadamente, através de informações completas, exatas e multilingues sobre os regimes de mobilidade existentes, a assistência disponível e programas que tenham em conta o contexto geral da mobilidade».

Por conseguinte, convida a Comissão Europeia a «assegurar um acesso mais alargado dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação às bolsas de mobilidade da UE no âmbito do programa Europa Criativa, através de um regime estável a nível europeu para a mobilidade cultural individual e coletiva, tanto dentro como fora da União Europeia, desenvolvendo ainda mais as dinâmicas criadas através dos projetos-piloto i-Portunus.», ou ainda a «explorar formas de facilitar o desenvolvimento de um portal de informação acessível, interativo e multilingue, com base, tanto quanto possível, nas iniciativas existentes e que se inspire nos portais existentes como o [EURAXESS](#), o [CulturEU](#) e outros, que forneça informações completas e atualizadas sobre as oportunidades e bolsas de mobilidade disponibilizadas pelos Estados-Membros e a nível Europeu para pessoas, grupos de pessoas e organizações culturais, se for caso disso, e que apoie o trabalho em rede de organizações, espaços e pessoas interessadas na mobilidade.».



Conselho aprova a prorrogação do regime de itinerância (roaming) sem taxas adicionais

Depois do Parlamento Europeu, o Conselho [aprovou](#) a 4 de abril a prorrogação, até 2032, do regime "itinerância como em casa". Após o termo de vigência do atual Regulamento Itinerância, em 30 de junho de 2022, as pessoas poderão continuar a

fazer chamadas, enviar mensagens de texto e navegar na Internet quando viajam para outros países da UE, sem custos adicionais.

O Regulamento Itinerância revisto ajusta os valores máximos dos preços praticados pelo comércio grossista a fim de garantir que a prestação de serviços de itinerância a retalho de acordo com as tarifas nacionais seja sustentável para os operadores de toda a UE. O regulamento aumenta a transparência no que toca a serviços eventualmente sujeitos a custos adicionais e protegerá também os clientes de surpresas desagradáveis ao receberem faturas exorbitantes pela itinerância inadvertidamente praticada em redes móveis não terrestres ao efetuarem uma viagem de navio ou avião.

Continuaremos a seguir a política de utilização responsável concebida para impedir a itinerância permanente. A Comissão poderá sugerir alterações a esta política após uma análise aprofundada do mercado e uma avaliação adequada do seu impacto potencial. O regulamento revisto estabelece igualmente medidas destinadas a assegurar uma boa experiência dos clientes em termos de qualidade do serviço e de acesso aos serviços de emergência, inclusive para pessoas com necessidades especiais.

A Comissão acompanhará a situação e, se necessário, apresentará uma nova proposta legislativa para regular os limites máximos dos preços grossistas e, eventualmente, outros aspetos do mercado de itinerância.

Eurodeputados levantam restrições ao aluguer transfronteiriço de camiões sem motoristas

Ao abrigo das novas regras haverá menos restrições à utilização de carrinhas ou camiões alugados sem condutores de outro país da UE. O Parlamento Europeu [deu](#), assim, luz verde à atualização das regras da UE que estabelecem um nível mínimo obrigatório para a utilização de veículos de mercadorias (carrinhas ou camiões) alugados sem os seus motoristas.

A nova lei irá aliviar as restrições existentes para a contratação destes veículos de outros países da UE. Permitirá aos operadores de transportes, empresas de aluguer e leasing satisfazer picos de procura de curto prazo, sazonais ou temporários ou substituir veículos defeituosos ou danificados. Contribuirá também para os objetivos climáticos da UE, uma vez que os veículos alugados tendem a ser mais novos, mais seguros e menos poluentes do que a média da frota.

Os eurodeputados asseguraram nas negociações que as empresas de transporte podem utilizar veículos alugados com licença de outro país da UE durante pelo menos dois meses por ano (as regras atuais só permitem a utilização de veículos alugados registados no mesmo Estado-Membro que a empresa contratante). No entanto, os governos da UE também podem optar por exigir que estes veículos sejam registados segundo as regras nacionais após 30 dias de utilização.

Orçamento da UE para 2023: necessário financiamento substancial para lidar com as repercussões da guerra na Ucrânia

Os eurodeputados identificaram a recuperação, saúde, juventude, clima e as consequências da invasão russa da Ucrânia como prioridades para o próximo orçamento da UE.

A resolução [aprovada](#) pelo Parlamento Europeu apela a um orçamento "virado para o futuro e de acordo com as prioridades políticas da UE, assegurando uma União da Saúde mais forte, fazendo das transições verdes e digitais um sucesso e promovendo uma recuperação justa, inclusiva, sustentável e resistente, incluindo um apoio mais forte às PME".

Com 463 votos a favor, 71 contra e 97 abstenções, os eurodeputados defendem que o próximo orçamento deve investir na promoção do Estado de direito, dos valores europeus e dos direitos fundamentais. Querem também que o financiamento proporcione mais oportunidades às pessoas, incluindo os jovens, e garanta uma União mais poderosa em matéria de política externa.

Governança de dados: Parlamento Europeu aprova novas regras que impulsionam a partilha de dados intra-UE

O Regulamento de Governança de Dados, acordado com o Conselho em novembro de 2021, visa aumentar a confiança na partilha de dados, criar novas regras da UE sobre a neutralidade dos mercados de dados, e facilitar a reutilização de certos dados detidos pelo setor público. Criará espaços de dados europeus comuns em domínios estratégicos como a saúde, ambiente, energia, agricultura, mobilidade, finanças, indústria transformadora, administração pública e competências.

Os eurodeputados [insistiram](#) em aproveitar ao máximo os dados disponibilizados voluntariamente para objetivos de interesse geral, tais como a investigação científica, cuidados de saúde, luta contra as alterações climáticas ou a melhoria da mobilidade. Os serviços de partilha de dados de confiança serão mais visíveis e utilizarão um logótipo europeu comum que certifica a sua conformidade com o Regulamento.

IVA: Comissão Europeia emite recomendações para melhorar a cobrança de receitas e facilitar a vida às empresas

A Comissão publicou o seu relatório de análise e diagnóstico sobre a administração do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na UE, que contém uma série de recomendações para ajudar os Estados-Membros a melhorar a cobrança das receitas do IVA, os procedimentos e os processos de controlo.

A tributação justa e eficiente é essencial, uma vez que a UE e a comunidade global procuram recuperar das consequências da crise da COVID-19. O IVA, em particular, representa cerca de 7% do PIB da UE e é uma das principais fontes de receitas para os Estados-Membros. No entanto, a [perda de receitas](#) -134 mil milhões em 2019 - continua a ser uma grande preocupação.

Ao fornecer uma visão geral das práticas atuais do IVA nos países da UE, o relatório publicado destaca experiências e boas práticas na gestão de questões administrativas. Em particular, a publicação recomenda a digitalização do registo e da

administração do IVA, o que reduziria os encargos para as empresas. Além disso, o relatório destaca estratégias que as administrações fiscais poderiam adotar na sua organização interna e interação com os contribuintes, o que melhoraria os processos tanto para as autoridades fiscais como para as empresas. De três em três anos, a Comissão apresenta um relatório ao Parlamento e ao Conselho sobre os procedimentos aplicados pelos Estados-Membros para o registo dos sujeitos passivos e a determinação e cobrança do IVA, bem como sobre os seus sistemas de controlo do IVA, em conformidade com o artigo 12º do Regulamento (CE) nº 1553/89 do Conselho. Mais informações sobre o trabalho da UE para melhorar a administração do IVA, bem como o relatório publicado, estão disponíveis em [linha](#).



Energia

Pacto Ecológico Europeu: Parlamento Europeu apoia a atualização das orientações respeitantes às infraestruturas energéticas transeuropeias

Durante as negociações, os deputados europeus [apoiam](#) a inclusão do financiamento de projetos relacionados com o desenvolvimento de infraestruturas de hidrogénio e de captura e armazenamento de carbono. Os projetos elegíveis devem também impulsionar a integração do mercado e aumentar a segurança do aprovisionamento energético.

Os projetos selecionados terão de ajudar os países da UE a afastarem-se dos combustíveis fósseis sólidos, tais como carvão, lignite, turfa e xisto betuminoso. Os eurodeputados asseguraram o financiamento de projetos que reorientam as infraestruturas de gás natural existentes para o transporte ou armazenamento de hidrogénio durante um período de transição. Os projetos desta natureza serão elegíveis para receber assistência financeira da UE até 31 de dezembro de 2027.

Parlamento Europeu apoia o reabastecimento das reservas de gás antes do próximo inverno

A proposta, [adotada](#) no âmbito do [processo de urgência](#) do Parlamento, será agora negociada com os ministros da UE. Os deputados europeus querem estabelecer um nível mínimo obrigatório de 80% de gás nas instalações de armazenamento até 1 de novembro de 2022, e 90% para os anos seguintes, a fim de garantir a segurança do aprovisionamento e proteger os europeus de possíveis choques de aprovisionamento.

Todos os operadores de armazenamento terão também de ser submetidos a uma nova certificação obrigatória, a fim de evitar riscos resultantes de interferências externas. Os operadores que não conseguirem obter esta certificação terão de renunciar à propriedade ou controlo das instalações de armazenamento de gás da UE. Além disso, os operadores não poderão encerrar uma instalação de armazenamento de gás sem autorização da entidade reguladora nacional. A fim de acelerar o reabastecimento das reservas de gás, a nova lei também incentivará as empresas de energia com desconto nas tarifas de transporte para - ou de - instalações de armazenamento.

Embargo total às importações de petróleo, carvão, combustível nuclear e gás da Rússia

Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira por 513 votos a favor, 22 contra e 19 abstenções, os eurodeputados apelam a medidas punitivas adicionais, incluindo "um embargo total às importações de petróleo, carvão, combustível nuclear e gás da Rússia".

Solicitam que o embargo deva ser acompanhado de um plano para garantir a segurança do aprovisionamento energético da UE, bem como de uma estratégia para "reverter estas sanções no caso da Rússia tomar medidas para restaurar a independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e retirar totalmente as suas tropas do território ucraniano".



Estado de Direito

Eurobarómetro: cidadãos da UE demonstram forte apoio à política de defesa e segurança comum

O último inquérito Eurobarómetro revela que já antes da invasão russa da Ucrânia, 77% dos europeus eram a favor de uma política de defesa e segurança comum entre os Estados-Membros da UE. Os europeus pensavam que as questões mais importantes que a UE enfrentava no momento do inquérito eram: o ambiente e as alterações climáticas (26%, +1 pp. desde julho de 2021); o aumento dos preços, a inflação, o custo de vida (24%, +12 pp.); e a imigração (22%, -3 pp.). 41% dos inquiridos mencionaram os preços, a inflação, o custo de vida (+18 pp.) como uma das questões mais importantes enfrentadas no seu Estado-Membro, antes da saúde (32%) e da situação económica (19%).

Quase sete em cada dez europeus (69%) apoiam uma união económica e monetária europeia com uma moeda única, com um apoio que atinge 77% dentro da zona euro. A imagem da UE também se tem mantido bastante estável. 44% dos europeus têm uma imagem positiva da UE, 38% uma imagem neutra. O inquérito foi realizado entre 18 de janeiro e 14 de fevereiro de 2022. Os resultados completos estão disponíveis [aqui](#).

Pacote de processos por infração de abril: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia instaura processos judiciais contra vários Estados-Membros por não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

A Comissão Europeia [decidiu](#), por exemplo, dar início a um processo por infração contra Portugal ([INFR \(2022\)2020](#)) por não ter aplicado corretamente as regras relativas aos procedimentos de concurso para a adjudicação de concessões balneares. A Comissão solicita a Portugal que cumpra as disposições da Diretiva Serviços ([Diretiva 2006/123/CE](#)) e garanta a liberdade de estabelecimento segundo o [artigo 49.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia](#) (TFUE). A Comissão considera que a legislação portuguesa que confere aos titulares de «concessões balneares» existentes um direito de preferência nos procedimentos de concurso para a renovação dessas concessões não se afigura compatível [com a Diretiva Serviços](#) nem com a liberdade de estabelecimento prevista no Tratado. Segundo a Comissão, um direito preferencial a favor dos operadores históricos desencorajaria as empresas situadas noutros Estados-Membros de prestarem serviços de praias em Portugal. Portugal dispõe agora de dois meses para responder aos argumentos apresentados pela Comissão. Caso contrário, a Comissão poderá enviar um parecer fundamentado a Portugal.

A Comissão decidiu também instaurar uma ação contra Portugal ([INFR\(2018\)4145](#)) no Tribunal de Justiça da União Europeia por violação das regras da UE em matéria de livre circulação de trabalhadores (artigo 45.º do TFUE), liberdade de estabelecimento (artigo 49.º do TFUE) e livre prestação de serviços (artigo 56.º do TFUE), bem como da diretiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais ([Diretiva 2005/36/CE](#), com a redação que lhe foi dada pela [Diretiva 2013/55/UE](#)).

Comissão Europeia acionará mecanismo de condicionalidade do Estado de direito contra a Hungria

A Comissão Europeia [anunciou](#) ter informado as autoridades húngaras sobre os seus planos para "avançar para o próximo passo" e formalmente "acionar o mecanismo de condicionalidade do Estado de direito" para proteger o orçamento da UE, principalmente no que diz respeito a preocupações de corrupção.

Respondendo às preocupações dos eurodeputados relativas ao desembolso dos fundos de recuperação para a Polónia, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a independência do poder judicial continuava a ser uma grande preocupação na Polónia. As condições que precisam de ser preenchidas para aprovar o plano de recuperação da Polónia continuam a ser, tal como apresentado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, o desmantelamento da câmara disciplinar do Supremo Tribunal polaco, a reforma do regime disciplinar, e a reinstalação dos juízes ilegalmente demitidos.

A partir de 2021, o orçamento da União passou a dispor de um nível adicional de proteção no caso de as violações dos princípios inerentes ao Estado de direito afetarem ou serem suscetíveis de afetar os interesses financeiros da UE. Tal deve-se a um [regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da UE](#). Este novo regime de condicionalidade permite à UE tomar medidas como, por exemplo, a [suspensão dos pagamentos ou das correções financeiras](#) para proteger o orçamento. Ao mesmo tempo, os destinatários finais e os beneficiários dos fundos da União deverão continuar a receber os seus pagamentos diretamente dos Estados-Membros em causa.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

Afganistão: Parlamento Europeu condena veementemente a proibição da educação das jovens afegãs

Os eurodeputados estão profundamente preocupados com a recente decisão dos Talibãs de prolongar indefinidamente a proibição das jovens a partir do sétimo ano de frequentarem a escola. O Parlamento Europeu, através duma resolução, [apela](#) a uma inversão destas restrições, ao mesmo tempo que regista os compromissos anteriores dos Talibãs de garantir o acesso à educação a todos os cidadãos.

Os eurodeputados deploram a constante deterioração da situação das pessoas do sexo feminino no Afeganistão desde o regresso dos Taliban ao poder em 2021. O Parlamento condena a obstinação em proibir mulheres e raparigas do usufruto duma vida pública e em negar os seus direitos mais fundamentais, incluindo a educação, trabalho, movimento e cuidados de saúde. No meio de um agravamento da situação dos direitos humanos e na sequência de uma decisão recente, as mulheres afegãs já não são autorizadas a viajar distâncias superiores a 45 milhas (72 km) da sua casa sem o acompanhamento de um parente próximo do sexo masculino.

Os eurodeputados elogiam a coragem das raparigas e mulheres que participam nos protestos de rua contra estes desenvolvimentos e domínio dos Talibãs, e apelam tanto à UE como aos seus Estados-Membros para aumentarem o seu apoio aos ativistas dos direitos da mulher no país. O Parlamento salienta igualmente que a delegação da UE em Cabul,

restabelecendo uma presença mínima no terreno com o objetivo de coordenar a ajuda humanitária e acompanhar a situação humanitária, não constitui um reconhecimento do regime Taliban por parte da União Europeia.



Investigação científica e Ciência

Ações Marie Skłodowska-Curie: 405 milhões de euros para programas de doutoramento em investigação sobre cancro, energias renováveis e mitigação das alterações climáticas

A Comissão Europeia [publicou](#) os resultados do convite à apresentação de propostas para redes de doutoramento lançado em 2021 no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Um orçamento total de mais de 405 milhões de euros financiará 144 programas de doutoramento que formarão mais de 1.500 estudantes. Os projetos selecionados promoverão a investigação em áreas como tratamento do cancro, energias renováveis, e mitigação das alterações climáticas.

Estes programas de doutoramento são implementados através de parcerias internacionais, abrangendo cerca de 1.160 organizações em 38 países, incluindo a participação do setor privado, especialmente pequenas e médias empresas. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas para redes de doutoramento MSCA no âmbito do programa de investigação e inovação Horizonte Europe. Desde 2014, as Ações Marie Skłodowska-Curie já financiaram 1.080 programas de doutoramento.



Política e Solidariedade Externas da União Europeia

Ucrânia: declaração do alto representante, em nome da UE, sobre as atrocidades cometidas pela Rússia em Bucha e noutras cidades ucranianas

Em comunicado, a União Europeia [condenou](#) «com a maior veemência possível as atrocidades cometidas pelas forças armadas russas em várias cidades ucranianas ocupadas e que foram agora libertadas. As imagens chocantes de um grande número de mortes e vítimas entre a população civil, bem como a destruição de infraestruturas civis, mostram a verdadeira face da brutal guerra de agressão levada a cabo pela Rússia contra a Ucrânia e o seu povo. Os massacres ocorridos na cidade de Bucha e noutras cidades ucranianas serão inscritos na lista de atrocidades cometidas em solo europeu. As autoridades russas são responsáveis por estas atrocidades, cometidas enquanto detinham o controlo efetivo dessa zona. Estão sujeitas ao direito internacional em matéria de ocupação. Os autores de crimes de guerra e de outras violações graves, bem como os funcionários governamentais responsáveis e os dirigentes militares, serão chamados a prestar contas pelas suas ações.».

«A União Europeia apoia todas as medidas destinadas a garantir a responsabilização das forças armadas russas pelas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário na Ucrânia. Em especial, apoiamos plenamente a investigação lançada pelo procurador do TPI sobre os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade, bem como o trabalho da comissão de inquérito do ACDH. A UE presta assistência à Procuradoria-Geral da Ucrânia e à sociedade civil ucraniana, centrando-se na recolha e na preservação das provas dos crimes de guerra. Estamos plenamente solidários com a Ucrânia e o seu povo nestas horas sombrias para todo o mundo. A UE continuará a apoiar firmemente a Ucrânia e prosseguirá, com carácter de urgência, os trabalhos sobre novas sanções contra a Rússia. O presidente Putin tem de pôr imediata e incondicionalmente termo a esta guerra.»», concluiu Joseph Borrell.

Conselho aprova assistência de 150 milhões de euros à República da Moldávia

A União Europeia fornecerá [uma operação de assistência macrofinanceira de 150 milhões de euros](#) sob a forma de empréstimos e subvenções a favor da República da Moldávia. A assistência deve contribuir para reforçar a resiliência da Moldávia no atual contexto geopolítico e cobrir as necessidades da balança de pagamentos da Moldávia, conforme identificado no programa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pretende apoiar a estabilização económica e a agenda de reformas da Moldávia.

Esta assistência financeira agora [adotada pelo Conselho](#), ajudará a Moldávia a cobrir, em 2022-2024, parte das suas necessidades residuais de financiamento externo, estimadas em 480 milhões de dólares. Este apoio enquadra-se no contexto do novo programa do FMI para o período de 2021-2025.

O desembolso deverá ocorrer em três parcelas a serem disponibilizadas entre 2022 e 2024. Do valor total, até 120 milhões de euros serão concedidos na forma de empréstimos de médio a longo prazo em condições de financiamento favoráveis e até 30 milhões de euros sob a forma de subvenções.

Crise alimentar: UE adota medidas para apoiar as regiões africanas do Sael e do Lago Chade

No contexto do agravamento da situação de segurança alimentar e nutricional provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, a União Europeia [reforçou](#) o seu compromisso político e financeiro para com os países parceiros de África. Em 2022, será

afetado um total de 554 milhões de euros para reforçar a segurança alimentar no Sael e no Lago Chade, onde milhões de pessoas se encontram já numa situação de profundo sofrimento, que poderá ainda vir a agravar-se.

A ajuda da UE, anunciada na reunião de alto nível sobre a segurança alimentar nas regiões do Sael e do lago Chade, coorganizada pela UE, pelo Clube do Sael e da África Ocidental e pela Rede Mundial contra as Crises Alimentares, inclui uma resposta humanitária e um apoio à luta contra as causas profundas da insegurança alimentar no Burquina Faso, nos Camarões, no Chade, no Mali, na Mauritânia, no Níger e na Nigéria.

Ucrânia: Comissão ajuda os refugiados com qualificações profissionais a aceder a postos de trabalho na UE

A Comissão publicou uma [recomendação](#) sobre o reconhecimento das qualificações académicas e profissionais das pessoas que fogem da invasão da Ucrânia pela Rússia. Fornecerá às autoridades dos Estados-Membros [orientações e conselhos práticos](#) para assegurar um processo de reconhecimento célere, equitativo e flexível.

Para apoiar os Estados-Membros no reconhecimento célere, equitativo e flexível das qualificações, a Comissão tomou uma série de medidas, nomeadamente: a pedido da Comissão, a Fundação Europeia para a Formação criou uma plataforma de recursos para as qualificações ucranianas, onde as informações podem ser partilhadas. A partilha de informações em grande escala e a transparência entre os Estados-Membros serão fundamentais para permitir procedimentos acelerados; para ultrapassar a barreira das línguas, a ferramenta *eTranslation* desenvolvida pela Comissão foi adaptada para satisfazer a procura de traduções rápidas e fiáveis a partir do ucraniano. A tradução a partir do russo também é possível e pode ser útil, dado que muitos profissionais na Ucrânia obtiveram os seus diplomas em russo; as pessoas que fogem da invasão da Ucrânia pela Rússia podem ter sido forçadas a abandonar o país sem os originais dos títulos das suas qualificações. É necessária uma abordagem flexível à forma de avaliar os pedidos de reconhecimento nestes casos, incluindo a opção de reemitir diplomas em formato digital.

Ucrânia: A UE deve proteger todas as crianças que fogem da guerra

O Parlamento Europeu [aprovou](#) na quinta-feira uma resolução em que se abordam várias medidas de proteção das crianças que fogem da violência, além de instrumentos que podem facilitar a sua integração nas comunidades dos países de acolhimento.

"Cada criança tem o direito de ser protegida da violência, exploração e abuso", defendem os eurodeputados, apelando aos países da UE a protegerem as crianças do risco de tráfico, adoção ilegal e outros tipos de abuso. Recomendam a presença de agentes de proteção de crianças nas fronteiras para que possam identificar rápida e precisamente as crianças vulneráveis, registar a sua identidade e nacionalidade, bem como as suas necessidades específicas. Serviços, tais como apoio psicossocial, apoio à saúde materna, proteção contra a violência baseada no género, rastreio familiar e apoio ao reagrupamento familiar devem ser oferecidos no âmbito dos sistemas nacionais de proteção da criança, juntamente com o pleno acesso a todos os serviços básicos e cuidados apropriados.

As crianças desacompanhadas e separadas e as crianças em cuidados institucionais devem ter um tutor nomeado. Os serviços de proteção da criança no país de acolhimento devem monitorizá-las continuamente tendo em conta o seu bem-estar e paradeiro após a sua chegada à União Europeia.

Violações dos direitos humanos na Rússia, Coreia do Norte e Guatemala

O Parlamento Europeu [condena](#) a repressão interna do regime russo, que se agravou na sequência da invasão russa da Ucrânia. Apela às autoridades russas para que ponham termo ao assédio, intimidação e ataques a todos os manifestantes antiguerra, organizações independentes da sociedade, ONGs e defensores dos direitos humanos.

Os eurodeputados referem que a agressão do regime russo contra a democracia e o desrespeito pelos direitos de outras nações "abriu o caminho ao despotismo, à agressão internacional e aos crimes de guerra da Rússia". Salientam que uma Rússia não democrática é uma ameaça constante para a segurança e estabilidade da Europa.

Além disso, o Parlamento condena veementemente a prisão do vencedor do Prémio Sakharov Alexei Navalny e reitera o seu apelo à sua libertação imediata e incondicional, bem como a de centenas de outros cidadãos russos que foram detidos sem qualquer justificação por terem tido a coragem de se manifestar em prol da democracia e da paz.

Finalmente, os deputados europeus apelam à UE a impor sanções contra os funcionários russos envolvidos na repressão da sociedade independente, dos meios de comunicação social e dos manifestantes pacíficos, bem como contra Alexei Navalny.

O Parlamento Europeu aprovou ainda nesta sessão plenária uma resolução a condenar a violação dos direitos humanos na Coreia do Norte, incluindo a perseguição de minorias religiosas e uma outra a condenar a violação dos direitos humanos e o estado de direito na Guatemala, cujos textos poderão ser consultados [aqui](#).

UE adota quinta ronda de sanções contra a Rússia

Tendo em conta a agressão contínua da Rússia contra a Ucrânia, e as atrocidades relatadas pelas forças armadas russas na Ucrânia, o Conselho [decidiu](#) impor um quinto pacote de sanções económicas e individuais contra a Rússia. O pacote acordado inclui uma série de medidas destinadas a reforçar a pressão sobre o governo e economia russa, e limitar os recursos do Kremlin.

O pacote compreende, entre outras medidas: proibição de comprar, importar ou transferir carvão e outros combustíveis fósseis sólidos para a UE se forem originários da Rússia ou exportados da Rússia, a partir de agosto de 2022 (as importações de carvão para a UE valem atualmente 8 mil milhões de euros por ano); proibição de facultar o acesso aos portos da UE a navios registados sob a bandeira da Rússia (são concedidas derrogações para produtos agrícolas e alimentares, ajuda humanitária, e energia); proibição de qualquer empresa de transporte rodoviário russa e bielorrussa de mercadorias exercer a sua atividade dentro da UE, incluindo em trânsito (no entanto, são concedidas derrogações para uma série de produtos, tais como produtos farmacêuticos, médicos, agrícolas e alimentares, incluindo trigo, e para o transporte rodoviário para fins humanitários); proibições adicionais de exportação, visando o combustível de aviação e outros bens tais como computadores quânticos e semicondutores avançados, eletrónica de ponta, software, maquinaria sensível e equipamento de transporte; e novas proibições de importação de produtos tais como madeira, cimento, fertilizantes, mariscos e licores. As proibições de exportação e importação acordadas representam 10 mil milhões e 5,5 mil milhões de euros, respetivamente.

Além disso, o Conselho decidiu sancionar empresas cujos produtos ou tecnologia tenham desempenhado um papel na invasão, oligarcas e empresários-chave, altos funcionários do Kremlin, defensores da desinformação e da manipulação de informação, divulgando sistematicamente a narrativa do Kremlin sobre a agressão de guerra da Rússia na Ucrânia, bem como familiares de indivíduos já sancionados, a fim de garantir que as sanções da UE não sejam contornadas. É imposta uma proibição total de transações a quatro importantes bancos russos que representam 23% da quota de mercado no setor bancário russo. Depois de serem afastados do sistema SWIFT, estes bancos serão agora sujeitos a um congelamento de ativos, ficando assim completamente isolados dos mercados da UE.



Saúde

UE vai constituir reservas estratégicas para emergências químicas, biológicas, radiológicas e nucleares

A fim de melhorar a preparação da União Europeia contra riscos para a saúde pública, como as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN), e a capacidade de resposta da UE a esse tipo de ameaças, a Comissão Europeia está a [constituir](#) reservas estratégicas de capacidades de resposta com base no Mecanismo de Proteção Civil da UE. Irá, assim, ser constituída, em estreita colaboração com a Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), uma reserva estratégica rescEU de 540,5 milhões de euros. Esta reserva consistirá de equipamento e medicamentos, vacinas e outras terapêuticas para o tratamento de doentes expostos a agentes de emergência QBRN, bem como de uma reserva de descontaminação rescEU vocacionada para o fornecimento de equipamento de descontaminação e a disponibilização de equipas de resposta especializadas.

Conclusões do Conselho e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros sobre "O desporto e a atividade física, alavancas promissoras para transformar comportamentos em prol do desenvolvimento sustentável"

O Conselho [refere](#), por exemplo, «a comunidade internacional e científica tomou consciência e integrou os possíveis benefícios e externalidades positivas do desporto e da atividade física, bem como da organização de eventos desportivos em diferentes domínios: melhorar a saúde física e mental e o bem-estar das pessoas, os benefícios económicos, a educação, o empoderamento das mulheres e dos jovens, a emergência de sociedades mais justas, mais pacíficas, sustentáveis, inclusivas e abertas, a inclusão de pessoas com deficiência e com menos oportunidades, bem como a aprendizagem da tolerância.»

Relações UE-Reino Unido: assegurar o fornecimento ininterrupto de medicamentos

Na sequência de um procedimento de urgência, o Parlamento Europeu [adotou](#) duas propostas da Comissão que visam garantir a segurança jurídica e a previsibilidade do fornecimento a longo prazo de medicamentos e de medicamentos experimentais do Reino Unido à Irlanda do Norte, Chipre, Irlanda e Malta.

As disposições excecionais permitirão que os medicamentos autorizados no Reino Unido sejam fornecidos à Irlanda do Norte através de uma autorização temporária, válida por um período máximo de seis meses ou até que a Agência Europeia de Medicamentos conceda ou recuse uma autorização de comercialização na UE. Estarão em vigor condições específicas para assegurar que os medicamentos autorizados no Reino Unido não entrem no mercado único da UE.

Neste contexto, os titulares de autorizações de introdução no mercado podem ser estabelecidos e/ou localizados em partes do Reino Unido que não a Irlanda do Norte e os ensaios de lotes podem ser efetuados em partes do Reino Unido que não a Irlanda do Norte. Além disso, os medicamentos experimentais fabricados em partes do Reino Unido que não a Irlanda do Norte podem ser importados para Chipre, Irlanda, Malta e Irlanda do Norte, desde que sejam cumpridas determinadas condições.

Estas derrogações aplicar-se-ão indefinidamente à Irlanda do Norte, enquanto para Chipre, Irlanda e Malta as derrogações serão temporárias por um período de três anos, uma vez que se espera que estes mercados sejam gradualmente abastecidos através dos Estados-Membros da UE.



Tecnologia

Código das Comunicações Eletrónicas da UE: Comissão Europeia intenta uma ação contra dez Estados-Membros no Tribunal de Justiça da União Europeia

A Comissão Europeia [intentou](#) uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia contra a Espanha, a Croácia, a Letónia, a Lituânia, a Irlanda, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Eslovénia e a Suécia por não terem transposto integralmente e não lhes terem comunicado de que forma as medidas nacionais transpõem o [Código das Comunicações Eletrónicas da UE](#).

No trabalho, em casa ou enquanto se deslocam, os europeus esperam poder aceder a uma ligação à Internet rápida e fiável. O Código moderniza as regras da UE em matéria de telecomunicações, em benefício dos consumidores e da indústria, estimulando a concorrência, incentivando os investimentos, reforçando o mercado interno e os direitos dos consumidores.

Tendo terminado, em 21 de dezembro de 2020, o prazo de transposição do Código das Comunicações Eletrónicas da UE, a Comissão deu início a 24 procedimentos de infração com o envio de [notificações para cumprir](#) em 4 de fevereiro de 2021, e, em 23 de setembro de 2021, enviou [pareceres fundamentados](#) a 18 Estados-Membros. Até à data, os Estados-Membros acima referidos ainda não cumpriam as obrigações de comunicação das medidas nacionais de transposição que lhes incumbem por força do Código, pelo que a Comissão submeteu os processos à apreciação do Tribunal de Justiça.

Nos termos do artigo 260.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ([TFUE](#)), se um Estado-Membro não transpuser para o direito nacional uma diretiva adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho no prazo estabelecido, a Comissão pode solicitar ao Tribunal de Justiça da União Europeia que imponha sanções pecuniárias.

Direito de reparação: eurodeputados querem produtos mais duráveis e mais facilmente reparáveis

Os eurodeputados [concordaram](#) que um direito efetivo de reparação deve abordar o ciclo de vida de um produto e ter em conta a sua conceção, produção ética, normalização e informação ao consumidor, incluindo a rotulagem sobre reparação e contratos públicos. Deveria fomentar uma utilização mais eficiente dos recursos, reduzir o desperdício e encorajar uma utilização alargada dos produtos.

Os parlamentares querem que os produtos sejam concebidos para durar mais tempo, que sejam reparados em segurança e que as suas peças sejam facilmente removidas. Acreditam que um "direito à reparação" adequado deve dar aos reparadores e consumidores acesso gratuito a informação sobre reparação e manutenção.

Relativamente aos dispositivos digitais, argumentam que as atualizações de software devem ser reversíveis e não levar à diminuição do desempenho, por exemplo, dos smartphones. Devem ser disponibilizados durante um período mínimo de tempo, e os consumidores devem ser plenamente informados no momento da compra sobre a disponibilidade das atualizações. As práticas que restrinjam indevidamente o direito de reparação ou conduzam à obsolescência podem ser consideradas como "práticas comerciais desleais" e proibidas pela legislação da UE.

Novo Roteiro Tecnológico Industrial da UE

A Comissão Europeia [publicou](#) o novo [Roteiro Tecnológico Industrial](#) do Espaço Europeu da Investigação (EEI) para as tecnologias de baixo carbono, que enumera as tecnologias emergentes de baixo carbono para as indústrias de energia intensiva e as formas de mobilizar o investimento na investigação e na inovação para acelerar o seu desenvolvimento e a sua adoção nestas indústrias. O roteiro complementa a proposta de revisão da Diretiva sobre Emissões Industriais, apresentada a 5 de abril e que contribuirá para alcançar a ambição de poluição zero da UE em 2050 anunciada no Pacto Ecológico Europeu. O projeto legislativo introduz um quadro revisto de controlo das emissões de poluentes industriais provenientes de grandes instalações industriais.



Transportes

Ação DiscoverEU: novo convite à apresentação de propostas para permitir a mais jovens viajar

A ação *DiscoverEU* da Comissão, que permite aos jovens de 18 anos explorar a Europa principalmente de comboio, abriu a sua primeira fase de candidaturas de 2022. Desde o dia 7 de abril até 21 de abril, às 12h00, os jovens que vivem em países do programa Erasmus+ podem [candidatar-se](#) a um dos 35 mil passes de viagem gratuitos.

A ronda deste ano assinala a entrada da ação *DiscoverEU* no [Erasmus+](#). Com esta mudança e através do financiamento excecional no âmbito do [Ano Europeu da Juventude 2022](#), serão oferecidos 70 mil passes de viagem em 2022: 35 mil na ronda de candidaturas hoje anunciada e outros 35 mil na ronda prevista para outubro. A integração no Erasmus+ também abre a

porta aos candidatos da Islândia, do Listenstaine, da Macedónia do Norte, da Noruega, da Sérvia e da Turquia, que poderão aderir à ação pela primeira vez.

Infraestruturas de transporte: acelerar o investimento para uma rede mais eficiente para uso civil e militar

A Comissão Europeia [decidiu](#) antecipar a data de concessão de subvenções para projetos de infraestruturas de transportes de apoio à mobilidade militar na UE, ao abrigo dos convites à apresentação de propostas do *Connected Europe Facility* (CEF), publicados em setembro de 2021. A invasão russa da Ucrânia aumentou a urgência e sublinhou a importância de tornar as infraestruturas de transportes da Europa polivalentes, capazes de servir tanto fins civis como militares. A Comissão selecionou 22 projetos que irão receber 339 milhões de euros em apoio. Estes projetos incluem a melhoria das infraestruturas ferroviárias para permitir comboios maiores e mais pesados, trabalhos para aumentar a capacidade dos portos e aeroportos, e o reforço das pontes rodoviárias. Outros projetos selecionados contribuirão para a implantação das infraestruturas necessárias para alcançar uma mobilidade eficiente em termos energéticos e sem emissões. Um total de 37 projetos foram selecionados e irão receber 425 milhões de euros.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2022.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe!](#) Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC –

[Conselho Europeu de Investigação](#) | [ESA – Agência Espacial Europeia](#) | [EUA – Estados Unidos da América do Norte](#) | [FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | [FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | [FEI – Fundo Europeu de Investimento](#) | [FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | [GEE – Gases com Efeito de Estufa](#) | [GPS – Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | [IA – Inteligência Artificial](#) | [ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | [IMO – Organização Marítima Internacional](#) | [JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!